

Migração climática e econômica: uma análise das dinâmicas entre Moçambique e Malawi

Climate and economic: an analysis of the dynamics between Mozambique and Malawi

*Tomás Pita Cebola**
*Roberto Luiz Do Carmo***

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios entre Moçambique e os territórios vizinhos têm origens que remontam a períodos muito anteriores à ocupação capitalista colonial. O historiador moçambicano Coelho (1993) ressalta que a região central do Vale do Zambeze, na fronteira com o atual Malawi, foi povoada por diferentes grupos devido à expansão banto. As terras ao sul do rio Zambeze foram ocupadas por grupos de origem Shona, vindos da região do atual Zimbabwe (FERREIRA, 1982). O colonialismo ocidental, que se efetivou no início do século XX, trouxe uma nova dinâmica de migração para a região (LIESEGANG, 1970). A migração nesse período foi impulsionada pela concessão de terras a capitais estrangeiros, pela falta de investimentos das companhias portuguesas e pelo recrutamento forçado

* Tomás Pita Cebola é licenciado em História pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique (2010). É mestre em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde 2024, é doutorando em Demografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP). Programa de Pós-Graduação em Demografia.

** Roberto Luiz do Carmo, Sociólogo, Mestre em Sociologia, Doutor em Demografia, com toda a formação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); estágio de Pós-doutoramento na Brown University (EUA). Atualmente é Professor Livre-Docente do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pesquisador do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó", Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Nepo/Unicamp), Campinas-SP, Brasil.

de trabalho indígena. A criação de aldeamentos coloniais, durante a guerra de libertação (1964-1974), também contribuiu para a migração para países vizinhos. Esses fatores reforçaram um persistente ciclo de deslocamento forçado (RAIMUNDO, 2011).

O período pós-independência de Moçambique foi marcado por uma oposição regional entre o regime do apartheid, vigente na África do Sul e na então Rodésia do Sul, e o Moçambique socialista. Esse embate resultou no início de uma guerra de desestabilização financiada pelo regime do apartheid e, posteriormente, em uma guerra civil interna entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) (GEFFRAY, 1991; ADAM, 2006).

No século XXI, Moçambique tornou-se um destino mais atrativo para imigrantes devido à crescente presença de empresas multinacionais e megaprojetos de exploração de recursos naturais (PATRÍCIO, 2016; MOSCA; SELEMANE, 2011; RAIMUNDO, 2011). No entanto, a região tem enfrentado, com frequência, desastres naturais como ciclones, inundações e secas, que forçam a mobilidade das populações afetadas. O Instituto Nacional de Gestão e Redução de Riscos e Desastres (INGD) registrou 67 eventos climáticos extremos entre 1956 e 2008, que afetaram cerca de 28 milhões de pessoas¹

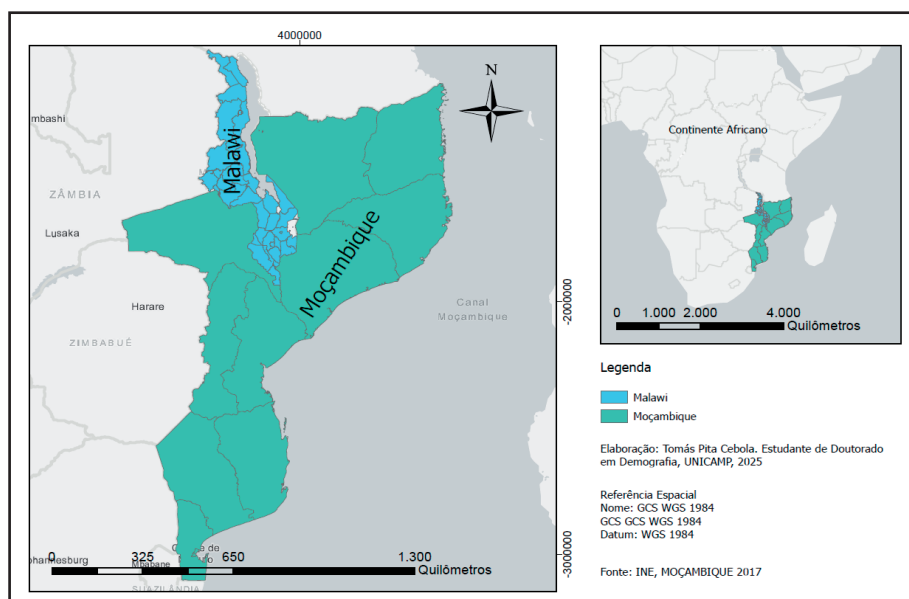
Nesse cenário, argumenta-se que, embora a guerra civil tenha impulsionado a migração de moçambicanos para o Malawi na década de 1980, a migração atual é cada vez mais impulsionada por fatores econômicos e ambientais, resultando em uma forma de migração climática (RENAUD et al., 2007). A crescente presença de multinacionais e megaprojetos tem levado a um aumento no fluxo de imigrantes para Moçambique, com os malawianos se destacando como o maior grupo de imigrantes no país (INE, 2019). A chamada “migração econômica” não é o único fator decisivo para esses fluxos migratórios.

2 DESAFIOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DAS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SUL-SUL ENTRE MOÇAMBIQUE E MALAWI

A República de Moçambique, com uma população estimada em cerca de 30 milhões de habitantes, faz fronteira com seis nações: África do Sul, Eswatini, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue e conta com 56 postos de controle fronteiriço oficiais, que incluem aeroportos, postos de fronteiras terrestres e pontos de controle marítimos (INE, 2019). E, a leste, Moçambique possui sua extensa costa de 2.470 km banhada pelo oceano Índico.

O Malawi, por outro lado, tem uma população de cerca de 19 milhões de habitantes, e está situado no Sudeste do continente africano, sendo limitado pela Tanzânia, Moçambique e Zâmbia. Sem acesso ao mar, e denominada “terra dos lagos”, possui aproximadamente um quinto de território coberto pelas águas do Lago Malawi (ou Lago Niassa), o terceiro maior e o segundo mais profundo lago do continente africano (NSO, 2019; Pilossof; Cohen, 2021). A Figura 1, a seguir, mostra a localização geográfica de Moçambique e Malawi, no continente africano.

Mapa 1 - Mapa de Moçambique e Malawi



Fonte: INE, MOÇAMBIQUE, 2017.

Embora o Malawi tenha apenas um sétimo da área territorial de Moçambique, mas quase dois terços de sua população, sua densidade populacional é consideravelmente superior, resultando numa pressão mais intensa sobre os recursos locais, o que, historicamente, contribui para a migração para diferentes países africanos (KALIPENI, 1992)

Importa situar que as fronteiras entre Moçambique e Malawi sempre foram notoriamente permeáveis, com frequentes deslocamentos de pessoas para atividades agrícolas e transações comerciais que, muitas vezes, ocorrem sem controle rigoroso por parte dos governos. Este fenômeno tem ocasionalmente gerado tensões diplomáticas entre os dois países (KALIPENI, 1992; LIESEGANG; MATE, 2015).

Como evidenciado por diversos estudos demográficos, a migração e a mobilidade humana emergiram como uma das principais tendências e também como uma das questões mais controversas do século XXI. Com cerca de 250 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo - o que representa aproximadamente 3% da população global -, as projeções indicam que esse fenômeno deve continuar a crescer nas próximas décadas, impulsionado por uma variedade de fatores, entre eles, as mudanças climáticas (COLEMAN, 2006; OIM, 2021).

Nesse contexto, Carmo (2008) ressalta que uma ampla gama de fatores pode estar associada ao deslocamento populacional no espaço. Destacam-se, entre eles, a busca por oportunidades de trabalho, a melhoria das condições de vida e, de forma mais impositiva, os deslocamentos motivados por constrangimentos ambientais ou socioeconômicos. Um exemplo emblemático desse tipo de migração forçada são os períodos de seca prolongada, que historicamente impulsionaram o deslocamento de populações da Região Nordeste do Brasil em direção ao Sudeste, evidenciando como fatores ambientais podem intensificar fluxos migratórios internos.

Nesse cenário, a afirmação de Amy Pope, diretora geral da OIM, na Cúpula Africana do Clima em Nairóbi, Quênia, em setembro de 2023 - de que “Entramos oficialmente na era da migração climática” (OIM, 2023) - ressalta a urgência e a relevância do tema. Durante o evento, a OIM assinou a “Declaração Ministerial de Kampala sobre Migração, Meio Ambiente e Mudança do Clima” (KDMECC-ÁFRICA), destacando a crescente preocupação com os impactos da mudança climática. Segundo a OIM, os países africanos estão entre os mais vulneráveis aos efeitos da crise climática, enfrentando secas, inundações, temperaturas extremas e aumento do nível do mar. Em 2022, foram registrados mais de 7,5 milhões de deslocamentos internos no continente africano devido a desastres (IDMC, 2023). Sem uma ação climática eficiente e sustentável, estima-se que cerca de 105 milhões de pessoas podem se tornar migrantes internos até 2023, na África (CLEMENT, 2021).

Nas últimas décadas, os estudos sobre mobilidade humana vêm incorporando, de forma cada vez mais consistente, variáveis ambientais em suas análises, reconhecendo que as mudanças no clima, a degradação ambiental e a escassez de recursos naturais influenciam diretamente as decisões de migrar ou permanecer. Hogan (1998) já alertava para essa nova dimensão nos estudos migratórios ao considerar que os limites absolutos dos recursos e o desaparecimento das últimas fronteiras ecológicas restringem a liberdade de movimentação humana, conferindo novos significados à migração em um contexto de pressões ambientais crescentes.

No entanto, compreender essa relação exige superar abordagens simplificadoras e deterministas. Neumann e Hilderink (2015) argumentam que a migração raramente ocorre exclusivamente por fatores ambientais. Eles

destacam importantes lacunas metodológicas nos estudos da área, como a incompatibilidade entre dados migratórios e ambientais em termos de escala, definição e temporalidade. Para avançar nesse campo, defendem o uso de métodos mistos - qualitativos e quantitativos -, bem como a padronização dos dados e a inclusão de incertezas analíticas nos modelos preditivos. Apesar de avanços recentes, simulações e modelagens sobre migração ambiental ainda se encontram em estágio inicial de desenvolvimento.

A migração ambiental, especialmente no contexto africano, revela-se como um fenômeno multifacetado e historicamente enraizado. Melde *et al.* (2014) pontuam que a migração africana é também marcada por movimentos de natureza étnica, nos quais grupos separados por fronteiras internacionais buscam se reunir. Um exemplo disso são os Maasai, que migram entre Quênia e Uganda, mantendo vínculos linguísticos, religiosos e culturais com comunidades localizadas em ambos os lados da fronteira. Situações semelhantes ocorrem na África Austral, onde povos como os Tonga, Tauara e Shona vivem tanto em Moçambique quanto no Zimbábue, e grupos como os Nyanja, Chewa, Ngoni e Sena estão presentes em territórios de Moçambique e Malawi. Essa convivência transfronteiriça tem facilitado deslocamentos em períodos de crise, como durante a guerra de independência (1964-1974), o conflito civil (1976-1992) e grandes períodos de seca e fome, levando milhares de moçambicanos a buscar refúgio em países vizinhos (CEBOLA; BARBIERI; ZAPATA, 2022). Assim, para compreender a migração no contexto africano, é fundamental considerar os fluxos migratórios mistos e, muitas vezes, de caráter informal.

Essa perspectiva é aprofundada por Samba e Nyambe (2020), que propõem uma abordagem não determinista da migração ambiental. Para os autores, os impactos das mudanças climáticas agravam vulnerabilidades sociais já existentes e, frequentemente, não geram deslocamentos voluntários, mas, sim, situações de imobilidade forçada - populações “encurraladas” pela pobreza, sem recursos para migrar. Nesse contexto, a migração ambiental deve ser encarada como um desafio ao desenvolvimento sustentável e à justiça ambiental, exigindo políticas públicas sensíveis às desigualdades estruturais.

A escolha entre migrar e permanecer também não pode ser reduzida a uma simples resposta ao risco ambiental. Mallick e Hunter (2024) introduzem a dimensão histórica e intergeracional nas decisões migratórias, demonstrando que muitas famílias aspiram à permanência, motivadas por vínculos afetivos, culturais e simbólicos com o território. A transmissão de saberes e práticas adaptativas entre gerações fortalecem a resiliência local. Mesmo quando os jovens expressam desejo de migrar, frequentemente lhes faltam recursos ou

redes sociais para realizar esse movimento. Assim, a não migração, longe de representar apenas uma limitação econômica, pode constituir uma escolha consciente e enraizada na cultura local.

Estudos empíricos sobre o Malawi oferecem importantes contribuições para esse debate. Lewin; Fisher e Weber (2012) analisam o papel das variações nas chuvas na migração rural e constatam que, ao contrário do que se espera, eventos de seca não necessariamente aumentam a mobilidade. Muitas famílias afetadas por esses choques tendem a permanecer, justamente por falta de recursos para migrar. Quando ocorre, a migração no Malawi é predominantemente rural-rural, com destino a áreas menos vulneráveis à variabilidade climática, contrariando o padrão rural-urbano observado em outros países.

Mueller (2022) reforça a necessidade de consolidar uma base empírica robusta sobre migração ambiental no continente africano. A autora chama atenção para as lacunas no conhecimento, como a ausência de definições consensuais, a subvalorização de eventos ambientais de evolução lenta (como a desertificação) e a dificuldade de mensuração dos impactos cumulativos. Essas limitações comprometem o desenho de políticas eficazes e adaptadas à realidade local.

Stern (2006) projeta que, até 2050, o mundo poderá registrar até 200 milhões de migrantes forçados por causas ambientais, sendo a África Subsaariana uma das regiões mais afetadas, devido à sua alta vulnerabilidade climática e socioeconômica. De fato, eventos como secas prolongadas, degradação do solo e escassez de água tendem a se intensificar com as mudanças climáticas, colocando pressão sobre comunidades já fragilizadas.

Ainda assim, Naudé (2009) alerta para a escassez de evidências empíricas robustas sobre a migração internacional induzida por desastres naturais. Embora esses eventos aumentem a migração líquida em cerca de 0,37 pessoas por 1.000 habitantes, seus efeitos são menos relevantes do que os causados por conflitos armados ou pela estagnação econômica. Além disso, o autor sugere que os desastres ambientais podem estar associados, ainda que de forma indireta, ao aumento do risco de conflitos.

Por fim, Perch-Nielsen; Bättig e Imboden (2008) apresentam uma proposta teórica mais integrada para analisar os efeitos das mudanças climáticas sobre a mobilidade humana. Eles defendem que essa relação não é linear nem inevitável, sendo mediada por fatores como vulnerabilidade social, capacidade adaptativa e opções locais de adaptação. Os autores destacam que a migração geralmente surge como último recurso, e que deslocamentos temporários são mais frequentes do que movimentos permanentes, como nos casos de enchentes. Já o aumento do nível do mar pode gerar pressões migratórias significativas, especialmente em regiões onde não há viabilidade de proteção costeira.

Moçambique não está imune a essa tendência global. O país tem uma vasta extensão territorial, desempenha um papel crucial como ponto de conexão para os principais portos marítimos e centros regionais da África Austral. Os corredores de transporte - como o Corredor de Maputo, o Corredor da Beira e o Corredor de Nacala - servem como importantes rotas para a mobilidade de populações, incluindo comerciantes transfronteiriços e transportadores de longa distância (MACKINTOSH, 1986; OIM, 2021).

No início de 2019, após a severa seca de 2015-2016, Moçambique, Malawi, Madagascar, Zimbábue e Zâmbia foram atingidos pelos ciclones Idai e Kenneth em um intervalo de apenas seis semanas, entre março e abril. Esses ciclones foram os mais mortíferos e destrutivos já registrados na Região Austral da África, afetando mais de 1,8 milhões de pessoas em Moçambique (OIM, 2021). Mais recentemente, entre fevereiro e março de 2023, o ciclone Freddy causou destruição e deixou um rastro de mortes, deslocados internos e internacionais em Madagascar, Moçambique e Malawi. No norte de Moçambique, mais de 900 famílias malawianas, vítimas do ciclone, buscaram refúgio na localidade de Chissaua, distrito de Mecanhelas, província de Niassa, onde receberam apoio do governo moçambicano em um centro de alojamento (FAUVET, 2023). Diante desse cenário, torna-se imperativo questionar e analisar os aspectos ambientais que influenciam a atual dinâmica migratória entre Moçambique e Malawi, pois, ao investigar as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas na região, é possível revelar questões cruciais que podem contribuir significativamente para a compreensão do fenômeno da migração climática. Esta análise não apenas ilumina as complexidades da mobilidade populacional na região, mas também oferece contribuições para o debate global sobre as consequências ambientais nas migrações.

Além disso, desde 2007, a economia de Moçambique tem sido dominada por investimentos de megaprojetos de mineração em regiões como a província de Tete, fronteira com o Malawi, provocando um fluxo cada vez maior de migrações internas e internacionais. Estes investimentos se inserem na dinâmica de expansão da presença dos países denominados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no continente africano, nas últimas décadas, visando a exploração do enorme potencial em termos de recursos naturais, mercado de consumo e desenvolvimento econômico. A presença dos BRICS na África, especialmente da China, também tem ocorrido pela crescente cooperação sul-sul para o desenvolvimento, na forma de assistência, investimentos em infraestrutura e transferência de conhecimento e tecnologia. Ainda que o papel preeminente da China na África, especialmente em atividades agrícolas, extrativistas e projetos de

infraestrutura em grande escala, possa ser visto como uma nova forma de colonialismo (CEBOLA; BARBIERI; ZAPATA, 2022). Alguns estudos apontam que estes investimentos têm contribuído para melhorias nos indicadores de diminuição da pobreza, segurança alimentar e saúde em países como Angola e Moçambique, ao mesmo tempo em que contribuem para a visão estratégica de longo prazo da política externa chinesa (OKOLO; AKWU, 2016; ZHOU; HE, 2014). Já outros estudos destacam que o crescimento dos índices do Produto Interno Bruto não incide de maneira imediata na redução da pobreza (MOSCA; SELEMANE, 2011; BELLUCCI, 2007; GALLO, 2017).

Outro elemento importante é que diversos estudos têm destacado um viés na literatura sobre migrações internacionais, conhecido como “Northern bias”, que tende a marginalizar os movimentos sul-sul (CASTLES, 2010; GEIGER; PÉCOUD, 2013). Apesar disso, os movimentos sul-sul têm se tornado uma parte significativa dos fluxos migratórios internacionais, especialmente no contexto regional (HUGO, 1996; UNITED NATIONS, 2019). Nesse cenário, metade dos emigrantes africanos reside em outro país dentro do continente, e nove em cada dez refugiados africanos buscam refúgio em países vizinhos ao seu país de origem (UA, 2006; UNHCR, 2006; GUILLON, 2005), conforme evidenciado no contexto da guerra civil em Moçambique (1976-1992).

Além disso, um fator que parece facilitar esses fluxos migratórios é a sobrecarga administrativa enfrentada pelos governos nacionais dos países africanos, que frequentemente priorizam outras questões, fazendo com que os controles de imigração sejam muitas vezes ignorados, ou tratados, em alguns casos, sob o pretexto de preocupações de segurança nacional (GAGNON; KHOUDOUR-CASTÉRAS, 2012).

Contudo, embora o tema das migrações seja bastante amplo, nas últimas décadas o conceito de *migração climática* vem sendo apontado como relevante para se discutir o crescimento dos deslocamentos sul-sul (BETTS, 2013). Segundo Lonergan (1998), os principais elementos, que provocam o deslocamento ambiental, são: desastres naturais; projetos de desenvolvimento que modificam o meio ambiente como a hidrelétrica Cahora Bassa em Moçambique; acidentes como aqueles cometidos pela mineradora Vale no Brasil, em Mariana e Brumadinho; consequências ambientais devido a conflitos e evolução ambiental progressiva. Segundo Burnett *et al.*

Nas últimas décadas, o número de pessoas afetadas pela seca tem sido comparável ao de vítimas de terremotos e inundações. Os últimos relatórios do IPCC apontam para o aumento de escassez hídrica na África em 2020, além de que, em toda a Ásia, a disponibilidade de água potável diminuirá drasticamente por causa de mudança

climática, crescimento populacional e aumento dos padrões de estilo de vida, podendo, possivelmente, afetar mais de um bilhão de pessoas até 2050. (BURNETT *et al.*, 2021, p. 322).

Ainda assim, é importante destacar que a própria definição de *migração* é bastante diversa, de tal maneira que está contida em um fenômeno mais amplo que é a mobilidade (ao contrário das outras componentes demográficas, fecundidade e mortalidade, que são relativamente claras nas suas definições, afinal de contas se morre e nasce apenas uma vez), (SKELDON, 1990). Nesta mesma linha de ideia, Carmo (2008, p. 10) sublinha que, “a mobilidade quando implica em mudança de residência é definida como migração, embora a definição de migrante dependa muito do tipo de abordagem empregada pelo pesquisador. De maneira geral, circunscrito um espaço específico, e um determinado período de tempo, a chegada e saída de contingentes populacionais é que define os imigrantes e os emigrantes”.

Loneragan (1998), por exemplo, descreveu a migração como “uma manifestação de componentes extremamente complexos e variados de processos econômicos, sociais, culturais, demográficos e políticos igualmente complexos operando nos níveis local, regional, nacional e internacional” (LONERAGAN, 1998, p. 6). Bilsborrow (2016), por sua vez, define a migração, bidimensionalmente, como um movimento com a finalidade de mudar o lugar habitual de residência que envolve atravessar uma fronteira política dentro do país (migração interna) ou uma fronteira internacional (migração internacional). Segundo este autor, todos os outros movimentos não são “migração”, mas, sim, diferentes formas de mobilidade geográfica.

Se a medição e a definição da migração são complexas, como evidenciado nas definições mencionadas anteriormente, os vínculos entre mudança ou desastre ambiental e migração são igualmente intrincados. A este propósito, Lübken (2013) destaca que:

Migrações por mudanças ambientais são como um fantasma: uns insistem em ter visto, enquanto outros negam sua existência. Enquanto “maximalistas” argumentam haver conexões diretas entre mudanças no ambiente natural e deslocamentos populacionais, “minimalistas” apontam que a influência de fatores ambientais nas decisões migratórias é difícil de detectar; enquanto para uma escola de pensamento “o elo entre mudanças ambientais e migrações é visto como simples e linear, [...] na outra é entendido como

confuso e complicado”. Ambos concordam com a falta de evidências e com a necessidade de mais pesquisas (LÜBKEN, 2013, p.11).

A falta de definições precisas para a migração induzida pelas mudanças climáticas e desastres ambientais está ligada a duas questões principais. Em primeiro lugar, os estudiosos apontam o desafio de isolar os fatores ambientais de outros determinantes da migração (BLACK, 2001; CASTLES, 2002). Com isso, a pesquisa sobre migração induzida pelo ambiente situa-se no campo das interações complexas entre sistemas humanos e naturais, abrangendo impactos em meios de subsistência, conflitos e uma variedade de mudanças ambientais provocadas pelo homem, incluindo a mudança climática (HOMER-DIXON, 1994; HUSSEIN; NELSON, 1998). Especialistas ambientais observam que a mudança ambiental não é um fenômeno uniforme: ela envolve padrões diversos e processos complexos e tal complexidade também contribui para as dificuldades na quantificação do número de migrantes induzidos pelo ambiente. As estimativas variam amplamente, em parte devido à ausência de uma definição mensurável e definitiva (DÖÖS, 1997).

Em segundo lugar, tem sido difícil definir a gama de migração relacionada com o ambiente, devido às implicações institucionais e de governação de fazê-lo. As definições do “problema” permitem uma atribuição de autoridade para abordar políticas relacionadas e ações práticas. Assim, a definição do conceito também influi fortemente sobre quais instituições são responsáveis pela ação. Sem uma definição ou gama de definições para os fenômenos, as instituições não coletaram dados cronológicos sistemáticos e comparáveis sobre a migração, com exceção da migração internacional medida como estoques nos censos nacionais, embora os processos migratórios sejam fluxos na realidade (WARNER, 2012).

Vale destacar que uma das metodologias propostas para o nosso projeto de doutorado, ora em andamento, é a realização de grupos focais, que poderão permitir identificar, nos contextos da vida cotidiana, o impacto efetivo das questões climáticas, que estão inseridas de maneira difusa entre os diversos aspectos que estão relacionados com a realização de fluxos migratórios. Portanto, para esta pesquisa, consideramos a definição de trabalho de migrantes induzidos pelo ambiente, proposta pela Organização Internacional para as Migrações (IOM) ao definir que:

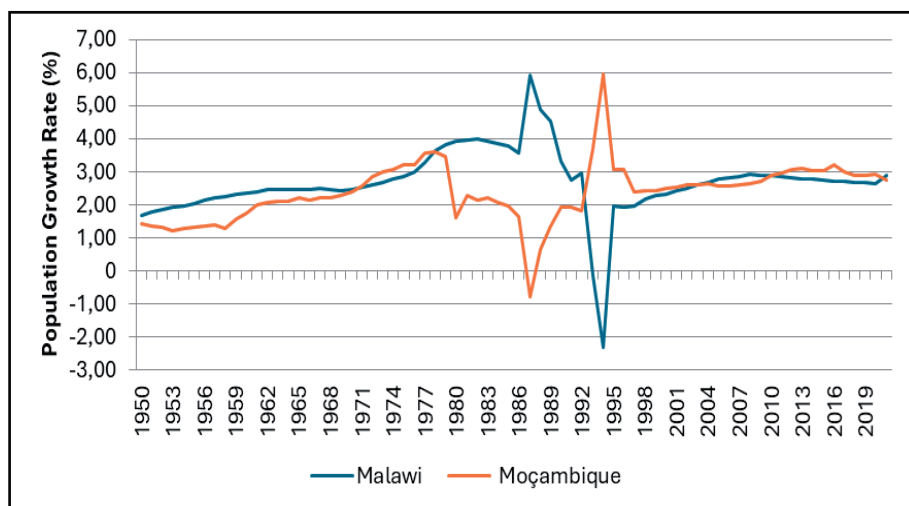
Migrantes induzidos pelo ambiente são pessoas ou grupos de pessoas que, por razões imperiosas de mudanças súbitas ou progressivas no ambiente que

afetam negativamente as suas vidas ou condições de vida, são obrigados a abandonar as suas casas habituais ou a fazê-lo, temporária ou permanentemente, e que se deslocam no seu país ou no estrangeiro (IOM, 2007, p. 1).

3 RESULTADOS

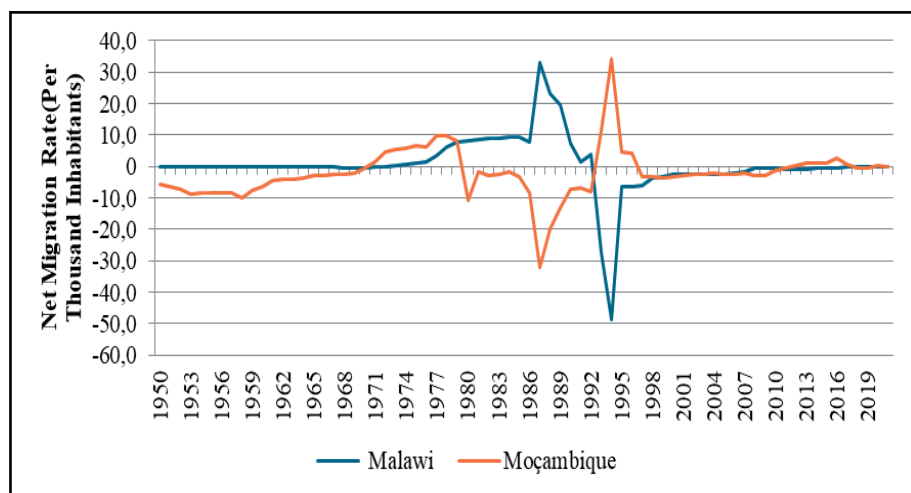
Embora o número de habitantes tenha aumentado ao longo dos anos em Moçambique e Malawi, passando de 5.920.215 habitantes, em 1950, para 32.077.072, em 2021, e de 2.949.739, em 1950, para 19.889.742, em 2021, respectivamente, a taxa de crescimento populacional de ambos os países foi fortemente influenciada pela migração nas décadas de 1980 e 1990 (UNITED NATIONS, 2022). Nos gráficos 1 e 2, é possível ver que, nos anos em que a taxa de crescimento populacional de Malawi aumentou repentinamente, nos mesmos anos a taxa de crescimento populacional de Moçambique caiu drasticamente, e a mesma situação é vista nas taxas líquidas de migração, deixando claro que a migração forçada de moçambicanos para Malawi devido à guerra, na década de 1980, e o seu retorno a Moçambique, na década de 1990, tiveram um impacto significativo na estrutura, volume e crescimento das populações de ambos os países no período em questão.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento populacional, Moçambique e Malawi



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados das Nações Unidas (United Nations, 2022).

Gráfico 2 - Taxa líquida de migração, Moçambique e Malawi



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados das Nações Unidas (United Nations, 2022).

Nas últimas décadas, a África Austral tem sido fortemente afetada por desastres ambientais, (como os ciclones, ventos tropicais, enchentes e secas) que afetam milhões de pessoas e provocam mobilidades internas e internacionais, sobretudo em Moçambique e Malawi (OIM, 2021; FAUVET, 2023). Além dos desastres ambientais, a instabilidade política também atua como fator de mobilidade, como demonstrado em 2024, quando a violência pós-eleitoral levou mais de duas mil famílias moçambicanas a buscar refúgio no Malawi (REUTERS, 2024)

Esses acontecimentos evidenciam como desastres ambientais e instabilidades políticas se entrelaçam nas dinâmicas migratórias entre os dois países. De acordo com os censos nacionais, os malawianos constituem o maior grupo de imigrantes internacionais em Moçambique, enquanto os moçambicanos ocupam a mesma posição no Malawi (INE, 2019; NSO, 2020), como ilustrado nas tabelas 1 e 2. A concentração desses fluxos nas províncias fronteiriças, como ilustrado na figura 2, demonstra a relevância da porosidade das fronteiras, das redes históricas de mobilidade regional e as ligações linguístico-culturais entre os dois países.

Embora a chamada “migração econômica”, ligada a megaprojetos e exploração de recursos naturais, explique parte da migração de malawianos para Moçambique (PATRÍCIO, 2016; MOSCA; SELEMANE, 2011; RAIMUNDO, 2011), os desastres ambientais desempenham um papel relevante. Conforme argumentam Mortreux e Barnett (2009), fluxos migratórios muitas vezes se

apoiam em redes laborais já existentes, mas choques ambientais severos podem criar novos padrões de mobilidade. No caso do Malawi, onde a maioria da população rural depende da agricultura, as secas, enchentes e ciclones têm reduzido a produtividade e ampliado a vulnerabilidade social (NSO, 2020; WMO, 2021-2024). Diante disso, a migração, seja rural-rural ou transfronteiriça, torna-se estratégia de adaptação (LEWIN, FISHER & WEBER, 2012; FAUVET, 2023).

Tabela 1 - País de nascimento dos imigrantes residentes em Moçambique, 2017

MATRIZ		PAÍS DE RESIDÊNCIA	
		MOÇAMBIQUE	%
País de Nascimento	Mozambique		
	Malawi	119.643	45,1
	Zimbabwe	28.346	10,7
	South Africa	45.997	17,3
	Zâmbia	10.745	4,0
	Other Countries	60.717	22,9
	Total	143.996	100,0

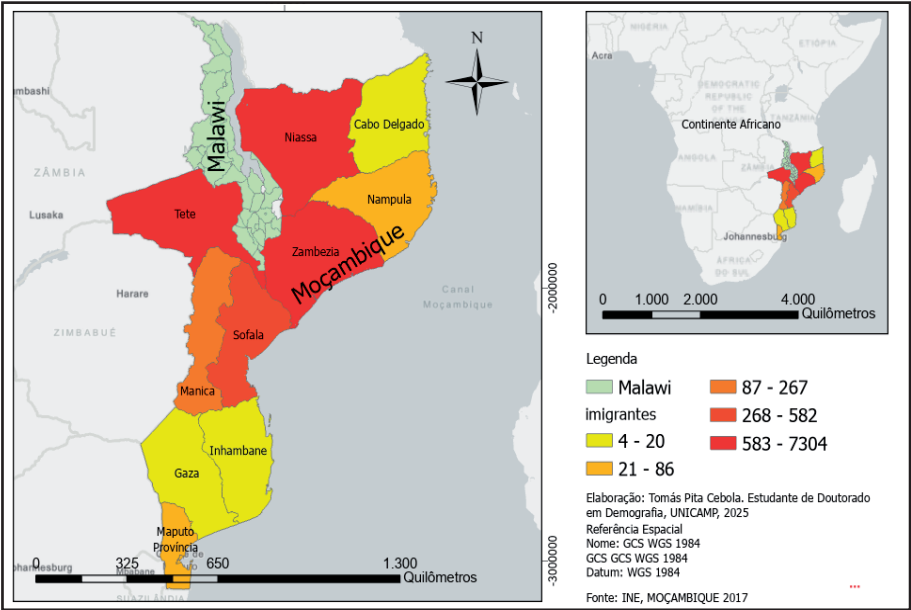
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do INE (2019).

Tabela 2 - País de nascimento dos imigrantes residentes no Malawi, 2018

MATRIZ		PAÍS DE RESIDÊNCIA	
		MALAWI	%
País de Nascimento	Malawi		
	Mozambique	34535	24,0
	Zimbabwe	25617	17,8
	South Africa	13477	9,4
	Zâmbia	30465	21,2
	Other Countries	39902	27,7
	Total	143996	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados de National Statistical Office (NSO, 2020).

Mapa 2 - Mapa de volume de imigrantes de Malawi em Moçambique



Fonte: INE, MOÇAMBIQUE, 2017.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade/migração humana entre Moçambique e Malawi revela a complexidade das migrações contemporâneas, que não podem ser compreendidas a partir de explicações unidimensionais. As migrações na região resultam de uma confluência de fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais que se entrelaçam e se retroalimentam, moldando trajetórias individuais e coletivas. Nesse contexto, a migração ambiental não deve ser encarada apenas como uma resposta direta às mudanças climáticas, mas como uma manifestação das desigualdades estruturais que atravessam as populações mais vulneráveis.

A análise da mobilidade humana na África Austral, especialmente entre Moçambique e Malawi, permite identificar padrões específicos que extrapolam os modelos tradicionais de migração. A fluidez fronteiriça, os vínculos culturais e a interdependência histórica entre os povos da região revelam uma mobilidade que é histórica e contemporânea, forçada e voluntária, adaptativa e reativa ao mesmo tempo. Compreendê-la exige abordagens interdisciplinares, metodologias flexíveis e, sobretudo, sensibilidade para com as vozes das populações envolvidas.

Os resultados apresentados nas tabelas e gráficos revelam que os malawianos constituem o maior grupo de imigrantes em Moçambique, e a concentração desses fluxos em províncias fronteiriças, como Niassa, Tete e Zambézia demonstra a relevância das redes históricas de mobilidade e das ligações linguístico-culturais. Embora a migração econômica, impulsionada por megaprojetos e pela exploração de recursos naturais, explique parte desse fluxo, os desastres ambientais, como os ciclones Idai e Freddy, e secas cíclicas desempenham um papel relevante, forçando novas mobilidades. O refúgio de mais de 900 famílias malawianas em Moçambique, após o ciclone Freddy (FAUVET, 2023), exemplifica como a migração climática se manifesta como uma realidade atual e urgente, enraizada em vulnerabilidades sociais e estruturais.

A pesquisa sobre as dinâmicas entre Moçambique e Malawi oferece uma contribuição valiosa para o debate global sobre as migrações sul-sul, destacando a necessidade de políticas públicas sensíveis às complexas realidades locais.

NOTA

¹ Dados disponíveis em: F2346.National-Institute-for-Disaster-ManagementStudy-on-the-Impact-of-Climate-Change--Ingc-Altera--Oes-Climaticas-En.pdf (biofund.org.mz). Acesso em: 15 jun. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIENG, M.; EL FADIL, A. What is wrong with the narrative on African migration? In: AFRICAN UNION/IOM. **Africa migration report: challenging the narrative**. Addis Ababa, Etiópia, 2020.

ADAM, Y. Guerra, fome, seca e desenvolvimento: lições de Changara, Moçambique. **Arquivo - Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, Maputo, Moçambique, n. 10 (especial), p. 185-208, 1991.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de desenvolvimento mundial 2023: migrantes, refugiados e sociedades**. Washington, DC, 2023.

BATES, D. C. Environmental refugees? Classifying human migrations caused by environmental change. **Population and Environment**, Dordrecht, v. 23, n. 5, p. 465-477, 2002.

BELLUCCI, B. **Economia contemporânea em Moçambique: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Educam, 2007.

- BETTS, A. **Survival migration**: failed governance and the crisis of displacement. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013.
- BILSBORROW, R. E. Concepts, definitions and data collection approaches. In: WHITE, M. **International handbook of migration and population distribution**. New York, NY: Springer, 2016. p. 109-156.
- BLACK, R. **Environmental refugees**: myth or reality? Brighton: University of Sussex, 2001. (Working Paper n. 34).
- BURNETT, A. *et al.* Refugiados climáticos, aquecimento global, desertificação e migrações: reflexos globais e locais. **Interseções**, Rio de Janeiro, RJ, v. 23, n. 2, p. 318-333, 2021.
- CARMO, R. L. Dinâmica demográfica e mudanças ambientais globais: novas vulnerabilidades? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.
- CASTLES, S. Understanding global migration: a social transformation perspective. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, London, v. 36, n. 10, p. 1565-1586, 2010.
- CASTLES, S. **Environmental change and forced migration**: making sense of the debate. Geneva: UNHCR, 2002. (Working Paper n. 70).
- CASTLES, S. Understanding global migration: a social transformation perspective. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, London, v. 36, n. 10, p. 1565-1586, 2010.
- CEBOLA, T.; BARBIERI, A. F.; ZAPATA, G. P. Migrações Sul-Sul: a recente onda de imigrantes zimbabwianos em Tete - Moçambique (2007-2016). **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 39, n. art. e0188, 2022.
- CLEMENT, V. *et al.* **Groundswell part 2**: acting on internal climate migration. Washington, DC: The World Bank, 2021.
- COLEMAN, D. Immigration and ethnic change in low-fertility countries: a third demographic transition. **Population and Development Review**, Hoboken, NJ, v. 32, n. 3, p. 401-446, 2006.
- DÖÖS, B. R. Can large-scale environmental migrations be predicted? **Global Environmental Change**, Oxford, v. 7, n. 1, p. 41-61, 1997.
- FAUVET, P. Malawian cyclone victims receive support in Mozambique. **AIM - Agência de Informação de Moçambique**, Maputo, Moçambique, 03/04/2023.

- GAGNON, J.; KHOUDOUR-CASTÉRAS, D. **South-south migration in west Africa: addressing the challenge of immigrant integration**. Paris: OECD Development Centre, 2012. (Working Paper, n. 312).
- GALLO, F. **“Andando à procura dessa vida”**: dinâmicas de deslocamento na província de Tete-Moçambique, do colonialismo tardio à mineradora Vale. 2017. 299f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- GEFFRAY, C. **A causa das armas em Moçambique**: antropologia da guerra contemporânea. Porto, Portugal: Afrontamento, 1991.
- GEIGER, M.; PÉCOUD, A. Migration, development and the ‘migration and development nexus’. **Population, Space and Place**, Chichester, Inglaterra, v. 19, n. 4, p. 369-374, 2013.
- GLICKMAN, L. B. **Malawi**: its history, culture, environment, education, and healthcare. Hauppauge, NY: Nova Science Pub Inc, 2020.
- GUILLON, M. La mosaïque des migrations africaines. **Esprit**, Paris, n. 317 (8/9), p. 165-176, 2005.
- HANLON, J.; SMART, T. **Do bicycles equal development in Mozambique?** Suffolk: Boydell & Brewer, 2008.
- HEIMER, F. Fronteiras em África. **África Debate**, Lisboa, n. 3, 2002.
- HOMER-DIXON, T. F. Environmental scarcities and violent conflict: evidence from cases. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 5-40, 1994.
- HUGO, G. Environmental concerns and international migration. **International Migration Review**, New York, NY, v. 30, n. 1, p. 105-131, 1996. (Special Issue: Ethics, Migration, and Global Stewardship).
- HUMMEL, D. *et al.* Inter-and transdisciplinary approaches to population-environment research for sustainability aims: a review and appraisal. **Population and Environment**, Dordrecht, v. 34, p. 481-509, 2013.
- HUNTER, L. M.; CLARK, G.; JACQUES, V. Integrating the environment into population research. In: HUNTER, L. M.; CLARK, G.; JACQUES, V. (org). **International handbook of population and environment**. Cham, Switzerland: Springer, 2022. p. 1-11. (International Handbooks of Population, v. 10).
- HUSSEIN, K.; NELSON, J. **Sustainable livelihoods and livelihood desertification**. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 1998. (Working Paper n. 69).

- IDMC-GRID - INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE. **Global report on internal displacement and food security 2023**. Geneva: Norwegian Refugee Council, 2023.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados definitivos do IV recenseamento geral da população e habitação 2017**. Maputo, Moçambique, 2019.
- INGC - INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE CALAMIDADES. **Study on the impact of climate change on disaster risk in Mozambique**: synthesis report. Maputo, Mozambique, 2009.
- IOM - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **'Discussion note: migration and the environment (MC/INF/288 - 1 November 2007 - 94th Session)'**. Geneva, 2007.
- IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Fourth Assessment Report Working Group III: mitigation of climate change**. Washington, DC, 2007.
- KALIPENI, E. Population growth and environmental degradation in Malawi. **Africa Insight**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 273-282, 1992.
- LEWIN, P. A.; FISHER, M.; WEBER, B. Do rainfall conditions push or pull rural migrants: evidence from Malawi. **Agricultural Economics**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 191-204, 2012.
- LIESEGANG, G.; MATE, F. **As relações entre Moçambique e Malawi no contexto da SADC e actuações do Banco Mundial e BAD, e desavenças sobre a navegabilidade do Baixo Chire e do Zambeze e comércio transfronteiriço entre 2000 e 2011: percepções e evidências**. Maputo, Moçambique: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, CAP-UEM, 2015.
- LONERGAN, S. The role of environmental degradation in population displacement. **Environmental Change and Security Project Report**, Washington, DC, n. 4, p. 5-15, 1998.
- LÜBKEN, U. Migração e desastre. In: NODARI, E. S.; CORREA, S. M. S. (org.). **Migrações e natureza**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2013. p. 11-28.
- MACKINTOSH, M. O capital privado e o estado no sistema de transportes da África Austral. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 5/6, p. 83-128, 1986.
- MALLICK, B.; HUNTER, L. M. Environmental migration and non-migration: learning through an intergenerational lens. **Migration Studies**, Oxford, v. 12, n. 4, 2024.

- MELDE, S. *et al.* Introduction: The South-South Migration and Development Nexus. In: ANICH, R. *et al.* (ed.). **A new perspective on human mobility in the South**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 1-20.
- MORTREUX, C., & BARNETT, J. Climate change, migration and adaptation in Funafuti, Tuvalu. **Global Environmental Change**, 19, 2009. 105 e 112.
- MOSCA, J.; SELEMANE, T. **El dorado Tete**: os mega projectos de mineração. Maputo, Moçambique: CIP, 2011.
- MUELLER, V. Building a policy-relevant research agenda on environmental migration in Africa. In: HUNTER, L. M.; CLARK, G.; JACQUES, V. (org). **International handbook of population and environment**. Cham, Switzerland: Springer, 2022. p. 167-182. (International Handbooks of Population, v. 10).
- MUTTARAK, R. Vulnerability to climate change and adaptive capacity from a demographic perspective. In: HUNTER, L. M.; CLARK, G.; JACQUES, V. (org). **International handbook of population and environment**. Cham, Switzerland: Springer, 2022. p. 63-86. (International Handbooks of Population, v. 10).
- NAUDÉ, W. Natural disasters and international migration from Sub-Saharan Africa. **Migration Letters**, London, v. 6, n. 2, p. 165-176, 2009.
- NEGRÃO, J. **Cem anos de economia da família rural africana**: o delta do Zambeze em análise retrospectiva. Alfragide, Portugal: Texto Editores, 2005.
- NEUMANN, K.; HILDERINK, H. Opportunities and challenges for investigating the environment migration nexus. **Human Ecology**, New York, NY, v. 43, n. 2, p. 309-322, 2015.
- NSO - NATIONAL STATISTICAL OFFICE. **2018 Malawi population and housing Census**: economic characteristics of the population report. Malawi, 2020.
- OIM - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Cúpula africana do clima: rumo a uma maior resposta aos impactos da mudança do clima na mobilidade humana. **Notícias Global**, Brasília, DF, 04/09/2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/cupula-africana-do-clima-rumo-uma-maior-resposta-aos-impactos-da-mudanca-do-clima-na-mobilidade-humana>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- OIM - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Estratégia de Moçambique 2021- 2023**. Maputo, Moçambique, 2021.
- OKOLO, A. L.; AKWU, J. O. China's foreign direct investment in Africa's land: hallmarks of neo colonialism or South-South cooperation? **African Review**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 44-59, 2016.

- ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Migração mundial em números**: uma contribuição conjunta do UNDESA e da OCDE para o Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento, 3 e 4 de outubro de 2013. New York, NY, 2013.
- PATRÍCIO, G. Moçambique: compulsando as migrações internas e internacionais. **InterEspaço**, Grajaú, MA, v. 2, n. 5, p. 78-101, 2016.
- PERCH-NIELSEN, S. L.; BÄTTIG, Michèle B.; IMBODEN, D. Exploring the link between climate change and migration. **Climatic Change**, Dordrecht, v. 91, p. 375-393, 2008.
- PILOSSOF, R; COHEN, A. **Labour and economic change in Southern Africa c.1900-2000**: Zimbabwe, Zambia and Malawi. London: Routledge, 2021. (Routledge Studies in Modern History).
- RAIMUNDO, I. M. Migrações em Moçambique: reflexões sobre uma política de migração. **Revista Estudos Moçambicanos**, Maputo, Moçambique, v. 22, n. 1, p. 65-90, 2011.
- RENAUD, F. et al. **Control, adapt or flee**: how to face environmental migration? Bonn: United Nations University Institute for Environment and Human Security, 2007.
- REUTERS**. Mozambicans flee to neighbouring Malawi amid post-election unrest. MAPUTO/BLANTYRE, Dec 27 (Reuters). Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/mozambicans-flee-neighbouring-malawi-amid-post-election-unrest-2024-12-27/>.
- SAMBA H.; NYAMBE, H. **Relação entre degradação ambiental e mobilidade humana em África**. Geneva: IOM, 2020. (Relatório sobre Migração em África: Desafiando a Narrativa).
- SKELDON, R. **Population mobility in developing countries**. Londres: Belhaven Press, 1990.
- STERN, N. **The economics of climate change**: the stern review. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- UA – UNIÃO AFRICANA. **Reunião de peritos sobre a migração e desenvolvimento**. Argel, 2006.
- UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Global trends**: forced displacement in 2018. Geneva, 2019.
- UNITED NATIONS. **International migrant stock 2019**. New York, NY, 2019.

UNITED NATIONS. **World population prospects 2022**. New York, NY, 2022.

WARNER, K. Approaches to researching environmental change and migration: methodological considerations and field experiences from a global comparative survey project. In: VARGAS-SILVA, C. **Handbook of research methods in migration**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2012. p. 366-395.

WORLD BANK. **Migrants, refugees and societies**. Washington, DC, 2023. (World Development Report).

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, State of the Climate in Africa 2022. **WMO-No. 1330**, 2023.

ZAPATA, G. P.; GUEDES, G. R. **Population mobilities in the twenty-first century: trends, conflicts, and policies**. Firenze: IUSSP, 2019.

ZHOU, J.; HE, W. **Chinese cooperation in Mozambique and Angola: a focus on agriculture and health**. Rio de Janeiro, RJ: PUC; BRICS Policy Center, 2014. (BPC Papers, v. 2, n. 3).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações da migração internacional sul-sul, com foco nos imigrantes malawianos em Moçambique no período de 1980 a 2024. Argumenta-se que, enquanto no início dos anos 1980 a guerra civil em Moçambique (1977-1992) marcou a migração de moçambicanos para o Malawi e seu retorno após o término da guerra (1992), a migração atual tem sido cada vez mais induzida por fatores econômicos e ambientais, caracterizando processos denominados como migração climática (RENAUD et al., 2007). O estudo aponta que, entre os anos de 1980 a 1990, a taxa de crescimento populacional de Moçambique e do Malawi foi fortemente influenciada pela migração. No período da guerra civil, a taxa de crescimento populacional do Malawi aumentou abruptamente, enquanto a de Moçambique caiu drasticamente. Atualmente, o crescente fluxo de imigrantes em Moçambique é impulsionado pela presença de multinacionais e megaprojetos que exploram recursos naturais como carvão, gás, petróleo, ouro e pedras preciosas (PATRÍCIO, 2016; MOSCA; SELEMANE, 2011; RAIMUNDO, 2011). Os malawianos constituem o maior grupo de imigrantes no país (INE, 2019). Ao mesmo tempo, os atrativos econômicos devem ser analisados considerando também os cada vez mais frequentes desastres ambientais na região, incluindo ciclones como o IDAI (2019) e os ciclos constantes de cheias e secas, que provocam a migração das populações afetadas em ambos os países (FAUVET, 2023; Banco Mundial, 2023). O trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica de literatura. As informações sobre os indicadores analisados foram baseadas em estimativas disponíveis em *World Population Prospects*; da Organização Internacional para Migração; do Instituto Nacional de Gestão e Redução de Desastres; do Censo Moçambicano de 2017 e do Censo Malawiano de 2018.

Palavras-chave: Moçambique; Malawi; Megaprojetos; Mudanças climáticas; Desastres ambientais; Migração climática.

ABSTRACT

This study aims to analyze the transformations in South-South international migration, focusing on Malawian immigrants in Mozambique from 1980 to 2024. It argues that while, in the early 1980s, the Mozambican Civil War (1977-1992) drove the migration of Mozambicans to Malawi—and their subsequent return after the end of the war in 1992—current migration is increasingly driven by economic and environmental factors, characterizing processes referred to as climate migration (RENAUD et al., 2007). The study indicates that, between 1980 and 1990, the population growth rates of both Mozambique and Malawi were significantly influenced by migration. During the civil war, Malawi's population growth rate rose sharply, while Mozambique's declined drastically. Today, the growing influx of immigrants into Mozambique is driven by the presence of multinational companies and megaprojects exploiting natural resources such as coal, gas, oil, gold, and precious stones (PATRÍCIO, 2016; MOSCA & SELEMANE, 2011; RAIMUNDO, 2011). Malawians make up the largest group of immigrants in the country (INE, 2019). At the same time, economic pull factors must be considered alongside increasingly frequent environmental disasters in the region, including cyclones such as Idai (2019) and recurring cycles of floods and droughts, which drive population movements in both countries (FAUVET, 2023; WORLD BANK, 2023). The research was conducted through a bibliographic literature review. Data on the analyzed indicators were based on estimates from the *World Population Prospects*, the International Organization for Migration, the National Institute for Disaster Management and Reduction, the 2017 Mozambican Census, and the 2018 Malawian Census.

Keywords: Mozambique; Malawi; Climate Change; Environmental Disasters; Climate Migration.